

Velhos fantasmas

107 1983

Teresa Cunha

Não há clima para fechamento do Congresso Nacional, afirmaram ontem, parlamentares do PDS e das oposições, embora todos tenham concordado em que as averiguações das Comissões Parlamentares de Inquérito, e a votação do Decreto-lei 2.045, cujas expectativas levam a crer na sua rejeição, sejam motivos mais do que suficientes para uma atitude mais radical por parte do Governo.

Segundo os parlamentares, a possível cassação do deputado Mário Juruna (PDT-RJ), a ser decidida hoje pela Câmara Federal, é "um pretexto" para que medidas mais fortes venham a ser tomadas. Apesar disso, o deputado José Fogaça (PMDB-RS) disse não acreditar que as irregularidades que estão sendo apuradas pelas CPIs, e o discurso de Juruna levem ao fechamento do Legislativo: "A não ser que todo o discurso democrático que os governantes vêm fazendo seja um engodo, não acho que esta atitude extrema seja tomada". Segundo Fogaça, "é preciso que os governantes se acostumem com a linha de investigação e controle do Poder Executivo. Se hoje o Congresso está destituído de fazer leis, se dá mais ênfase às CPI's, que passaram a ser o centro de toda a atividade legislativa, é porque na verdade, ele está esvaziado, perdeu

suas prerrogativas. E foi o próprio Governo que retirou este poder de legislar".

Da mesma opinião, é o deputado Theodorico Ferraço, integrante do movimento dissidente do PDS — "Participação". Embora concorde que haja por exemplo, um "mistério" na recusa do ministro do Exército, Walter Pires, em entregar o "relatório Saraiva" à CPI que investiga a dívida externa brasileira, Ferraço acredita que não há motivo para preocupação. "As Forças Armadas estão conscientes de seu papel histórico, e o fato de meia dúzia de pessoas continuarem sonhando com o passado, não exprime o desejo dos militares, que são os guardiões da liberdade". "Somos 110 milhões de brasileiros. Não precisamos ficar à mercê de um ou dois apenas", afirmou Ferraço, que salientou ser o fechamento do Congresso Nacional, "a provocação de uma guerra civil, a anarquia total".

Firmeza

Para o deputado Aldo Arantes (PMDB-GO), o momento pede muita firmeza do Poder Legislativo, e em especial, das oposições. "Espero que o Congresso Nacional não se deixe intimidar, aceitando a cassação do deputado Juruna, aprovando o 2.045, ou permitindo que o trabalho das CPIs seja obstruído".